

**HABEAS CORPUS Nº 515.471 - SP (2019/0168261-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : HELDER SILVA  
**ADVOGADO** : HELDER SILVA - SP416749  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : JOAO MARCOS DA SILVA (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de JOÃO MARCOS DA SILVA, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2121342-80.2019.8.26.0000).

Narra o impetrante que foi decretada a prisão preventiva de JOÃO MARQUES DA SILVA em 20/11/2001, tendo o mandado de prisão sido expedido em nome de JOSÉ MARQUES DA SILVA, posteriormente renovado para JOÃO MARQUES DA SILVA, sempre em desfavor do RG nº 26.917.411-4/SP, sendo que, na data de 25/6/2018, o paciente foi preso, enquanto emitia documentos junto ao Poupatempo, em virtude de mandado de prisão no Processo n. 0017769-91.2000.8.26.0011, que apura a prática de homicídio duplamente qualificado (art. 121, § 2º, II e IV, do Código Penal).

Narra ainda, que “*Consequentemente, os diversos mandados de prisão expedidos nos autos também foram feitos em desfavor de José Marques da Silva ou João Marques da Silva/João Marcos da Silva, sem que fossem tomadas as devidas providências para a elucidação dos dados de qualificação do verdadeiro autor do delito, apesar da iniciativa ministerial neste sentido e de resposta negativa por parte do IIRGD. O caso claramente diz respeito a mandado de prisão cumprido em prejuízo de homônimo*” (e-STJ fl.4).

Contra essa decisão, impetrou *habeas corpus* junto a Corte estadual, que denegou a ordem.

Na presente oportunidade, a defesa alega, em síntese, a falta de

fundamentos para a manutenção da prisão preventiva, dando ênfase às condições pessoais favoráveis do paciente - primário, com bons antecedentes, trabalhador e família constituída.

Diante disso, pede, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, com a expedição do competente alvará de soltura em favor do paciente.

É o relatório, **decido**.

Não há como prosseguir a irresignação. Isso porque o *writ* não foi instruído com as peças processuais indispensáveis à compreensão da controvérsia, para aferição do alegado pela defesa, quais sejam o decreto de prisão preventiva e o acórdão ora impugnado.

Com efeito, *É pacífico nesta Corte Superior o entendimento de que o habeas corpus, porquanto vinculado à demonstração de plano de ilegalidade, não se presta a dilação probatória, exigindo prova pré-constituída das alegações, sendo ônus do impetrante trazê-la no momento da impetração, máxime quando se tratar de advogado constituído* (HC n. 317.882/RJ, Relator Ministro NEFI CORDEIRO, Sexta Turma, julgado em 18/8/2015, DJe 31/8/2015).

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o pedido.

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator